

A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA OFERTA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTOS

GONÇALVES, M. R.; OLIVEIRA, C. A. S. de

Centro Universitário Lusíada (UNILUS)

Rua Armando Salles de Oliveira, 150 – 11050-071 – Santos – SP – Brasil

Fone (13) 3235-1311; Fax (13) 3221-4488

manecorosete@globo.com; charles@lusiada.br

Resumo

O trabalho fornece esclarecimentos básicos sobre o portador de necessidades educacionais especiais, focalizando o deficiente mental, a natureza de sua deficiência e suas características, habilidades motoras e teorias de aprendizagem, conhecimentos que alicerçam um trabalho responsável no campo da Educação Física Adaptada.

Os temas pertinentes à elaboração de projetos, orientações metodológicas, testes de medição e avaliação são abordados, pois constituem a coluna dorsal do trabalho do professor.

Pesquisas foram efetuadas através de questionários e entrevistas junto à Secretaria da Educação do Município de Santos, suas escolas e professores, que depois de tabuladas, forneceram dados que permitiram visualizar a oferta de aulas destinada a portadores de necessidades especiais, deficiência mental, nas Escolas Municipais.

Palavras-chave: Educação física. Deficiência mental. Oferta de aulas.

Abstract

The work supplies basic explanations on the bearer of special education needs, focusing the mentally deficient, the nature of his/her deficiency and their characteristics, motive abilities and learning theories, knowledge that consolidates a liable work in the field of the Adapted Physical Education.

The pertinent themes to the elaboration of projects, methodological orientations, measurement tests and evaluation are approached, therefore they constitute the spine of the teacher's work.

The training of the abilities for the basic movements, that contemplates the development of the apparel perceptive-motor and that benefits the balance, coordination, motor sensorial perception and rhythm, is also object of this work.

Researches were made through questionnaires and interviews close to the General Office of the Education of the Municipal district of Santos, their schools and teachers, that after having tabulated, they supplied data that allowed to visualize the offer of classes destined to bearers of special needs, mental deficiency, in the Municipal Schools.

Keywords: Physical education. Mental deficiency. Offers of lessons.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a Educação Física Adaptada direcionada aos portadores de necessidades especiais, deficiência mental, através de pesquisa bibliográfica, pesquisas de campo, entrevistas e questionários, levantar sua oferta nas escolas municipais de Santos, e, a partir do panorama levantado, elaborar sugestões para proporcionar melhores condições para alunos, pais, e profissionais da área e pais.

Até bem pouco tempo, os portadores de necessidades educacionais especiais, em particular neste trabalho os portadores de deficiência mental, eram tratados de maneira improvisada e aleatória. Com o advento da Educação Especial, as técnicas educacionais tiveram um grande avanço, propiciando o surgimento dos professores especializados, que passaram a trabalhar cientificamente procurando, com base nas teorias de aprendizagem e desenvolvimento,

dar a estes indivíduos, condições de conviver em sociedade.

Partindo da premissa de que vida é movimento, e ele está presente até no embrião, que antes de nascer já se comunica com a mãe através dos mesmos, não podemos negar de maneira alguma o acesso dos portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência mental, às atividades de Educação Física Adaptada.

A Educação Física Adaptada ao portador de necessidades educacionais especiais, deficiência mental, objetiva a integração do deficiente nas oportunidades sociais e educacionais, através do desenvolvimento das habilidades, e da elaboração de programas fundamentados em uma criteriosa avaliação inicial e aulas adequadas.

Para que o educando execute bem as tarefas propostas recebendo os benefícios delas provenientes, deverá estar em boas condições gerais, que compreendem o desenvolvimento das qualidades essenciais de aptidão física, habilidades para os movimentos básicos, e aparelho perceptivo motor que

contemplam o equilíbrio, coordenação, percepção sensorio-motora, e ritmo.

Dados levantados pelas pesquisas feitas Junto à Secretaria de Educação do Município de Santos, suas escolas e professores envolvidos com a educação dos portadores de necessidades educacionais especiais, contemplando os portadores de deficiência mental, proporcionaram a oportunidade de sugestões visando uma nova distribuição dos alunos da Escola Municipal de Educação Especial através da proposta de uma nova escola na Zona Noroeste, reciclagem e atualização de professores.

2 O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Possuem desenvolvimento da inteligência mais lento e limitado do que as crianças comuns da mesma idade cronológica. A Organização Mundial de Saúde relaciona como causas principais da deficiência os fatores: Que atuam antes da concepção: pré-natais, perinatais, pós-natais e desconhecidos.

Dentre as características que são tomadas como parâmetros para comparar os portadores de deficiência mental e as crianças comuns, destacamos o peso corporal, a aptidão física e as habilidades motoras.

Desde o final do século passado, os franceses estavam elaborando um sistema para classificação, e em 1905, foi feita a primeira escala de inteligência, denominada Binet-Simon. Atualmente existem inúmeras escalas, e a mais utilizada é a da Associação Norte Americana de Deficiência Mental, sendo que os pesquisadores na sua maioria utilizam o QI (quociente intelectual) para classificar os portadores de deficiência mental.

Existem ainda escalas que medem os níveis de conduta e adaptação e escalas de maturidade social.

3 A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

3.1 OBJETIVOS

Os objetivos da Educação Física Adaptada aos portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência mental, devem ser direcionados às atividades que levem o deficiente a obter êxito em sua preparação acadêmica, educação física, e preparação para o trabalho, levando o educando a se integrar nas oportunidades sociais e ocupacionais que a comunidade oferece.

Tal trabalho deve ter em vista chegar o mais próximo possível das condições de um indivíduo comum.

Os principais objetivos são:

- a) Conseguir a auto realização;
- b) Desenvolvimento de relações humanas adequadas;
- c) Obter eficiência econômica;
- d) Aquisição de responsabilidades civis.

3.2 A METODOLOGIA

Na elaboração dos programas, devem ser enfocadas prioritariamente atividades que levem a criança portadora de deficiência mental a adquirir

conceitos. Cada participação deverá proporcionar a descoberta do próprio corpo, ter uma interação com o espaço, conhecer os objetos e interagir com outras pessoas.

As atividades são praticamente as mesmas empregadas para a criança comum, mas como as crianças deficientes possuem capacidade limitada para aprender por imitação, pois seu nível funcional é diferente no que corresponde à idade cronológica ou mental. Devem ser bem organizadas e integradas, proporcionando uma mudança contínua e gradual, à medida que se apresentam atividades novas aos alunos, o que difere das técnicas pedagógicas para alunos comuns, pois na técnica comum, parte-se do todo para as partes e na técnica para portadores de deficiência, se aconselha partir das partes para formar o todo.

Quanto à motivação, a sensibilidade do professor deverá utilizar tarefas gratificantes, e quando estas não possuem componentes agradáveis, a estratégia deverá ser modificada para despertar o interesse.

Todo o indivíduo é portador de determinadas capacidades físicas que são consideradas fundamentais para um bom desempenho motor, psíquico e social. No caso do portador de deficiência mental, as mais importantes são a aptidão física que dá à criança capacidade para desenvolver suas atividades e executar os movimentos naturais.

Uma criança com aptidão física fraca não consegue realizar com eficiência as atividades motoras propostas pelos programas.

São componentes da aptidão física, a força muscular, a resistência muscular, a resistência cardio-respiratória e a flexibilidade.

Antes do início das atividades, é de fundamental importância verificar o estado e as necessidades iniciais do aluno, através de testes e apontamentos médicos disponíveis.

Deve-se estabelecer a diferença entre medição e avaliação. Medição é o ato de determinar o estado de como o educando esta em determinado momento. Avaliação é um processo que visa estabelecer a eficácia com que foram alcançados os objetivos programados. Ela deve ser contínua e o mais individualizada possível.

“O atendimento ao educando deverá ser precedido de avaliação individualizada, efetuada pela equipe interdisciplinar por meio de procedimentos específicos que visam conhecer as potencialidades, as limitações e as necessidades especiais do portador de deficiência mental” [1].

A motricidade, que se dá através da interação dos aparatos sensorial, que dá informações sobre o ambiente e o aparato motor, que permite o organismo dar a resposta aos estímulos sensoriais é de fundamental importância na elaboração dos programas destinados aos portadores de deficiência mental, sendo trabalhada através do equilíbrio, coordenação, percepção sensorio motora, ritmo, e atividades lúdicas.

“Segundo Piaget, a motricidade intervém em todos os níveis do desenvolvimento das funções cognitivas (da percepção aos

esquemas sensório motores, destes à forma de imitação interiorizada, chegando às próprias operações lógicas), enfim, todos os mecanismos cognitivos se estruturam sobre a motricidade” [2].

4 AULAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Segundo o art. 58 da lei 9394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

“Entende-se como Educação Especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” [3].

A Prefeitura Municipal de Santos está atuando eficientemente com vistas a vencer o desafio de conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação básica por meio da inclusão escolar, respeitando diferenças culturais, sociais e individuais, que configuram as necessidades educacionais especiais.

A inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular visa permitir sua adaptação progressiva ao convívio em sociedade e potencializar suas capacidades.

“As demandas escolares precisam ser ajustadas para favorecer a inclusão do aluno. É importante observar que as adaptações devem focalizar as capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal (nos termos de Vigotsky) e não se centralizam nas deficiências e limitações do aluno, como tradicionalmente ocorria” [4].

Os portadores de necessidades educacionais especiais, inclusive os portadores de deficiência mental são atendidos pela Secretaria da Educação do Município de Santos, através de sua rede de Escolas Municipais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

É um trabalho que tem seu início na Educação Infantil e, quando necessário, após uma criteriosa avaliação, e interação com a família o atendimento especial é assegurado.

A educação especial como modalidade escolar se dá num processo educacional definido na proposta pedagógica, assegurando recursos e serviços educacionais especiais destinados a desenvolver as potencialidades dos educandos em escolas de ensino regular ou, caso se faça necessário quando as condições específicas do aluno não possibilitem a sua integração em classes comuns de ensino regular, são encaminhados a salas de atendimento especializado.

Nas unidades de ensino, o processo educacional é entendido também como processo social, onde as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm a escolarização a mais próxima possível do normal.

Os ambientes educacionais (salas de recursos) para recuperação dos alunos portadores de necessidades especiais são flexíveis metodológica e didaticamente, e visam o processo de ensino aprendizagem do aluno, sendo a família, parceira essencial nesta dinâmica.

Nestas salas de recuperação, professores especializados realizam acompanhamento, complementação, e / ou suplementação curricular aos conteúdos oferecidos nas classes comuns.

São utilizados professores especializados em Deficiência Auditiva (D. A.), Mental (D. M.) e Visual (D. V.), que, distribuídos nas Unidades de Ensino da Rede Municipal, atendem onde se faz necessário, os portadores de necessidades especiais, nas salas de recuperação, onde fazem uso de materiais específicos para a aprendizagem.

Quando a criança necessita de uma atenção mais criteriosa, individualizada, a Secretaria da Educação, após conversa com a família, que deverá dar a sua concordância, disponibiliza uma vaga na Escola Municipal de Educação Especial “Profª Maria Carmelita Proost Villaça”, que atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Cabe ressaltar, que a Secretaria da Educação desde 1968 se preocupa com o atendimento desta clientela, pois nesse ano, foram iniciadas as primeiras experiências com classes especiais funcionando nas Escolas Municipais.

Atualmente, a prefeitura desenvolve um programa de transporte escolar gratuito para os alunos do sistema municipal de ensino, com quatro ônibus na região dos morros, zona noroeste e vale do quilombo. Outros dois ônibus servem aos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais da EMEE “Profª Maria Carmelita Proost Villaça” nos períodos da manhã e tarde.

4.1 ENTREVISTA NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Após autorização da Secretária da Educação do Município de Santos, Profª Jocélia Fontoura, a Chefe da Seção Centro de Referência de Educação Inclusiva (SECREI), Profª Eva Cristina de C., Souza Mendes, concedeu entrevista no início do mês de julho de 2002, que em entrevista presencial forneceu dados e informações para a elaboração deste trabalho.

As escolas municipais pesquisadas são gratuitas, funcionando em meio período, atendendo crianças comuns e portadoras de necessidades educacionais especiais no caso da educação inclusiva, contando com professores de Educação Física ministrando aulas a todo o grupo classe.

Existe na rede municipal, a Escola Municipal de Educação Especial “Profª Maria Carmelita Proost Villaça” que atende portadores de necessidades educacionais especiais, onde são ministradas aulas de Educação Física Adaptada.

Tabela 1 – Quantidade de escolas e alunos pesquisados.

Natureza	Escolas	Alunos
Ensino Fundamental	32	20721
Educação Especial	1	305
Total	33	21026

Das escolas de Ensino Fundamental, 20 possuem em suas classes 76 alunos de educação inclusiva, portadores de necessidades especiais na

área da deficiência mental, o que corresponde a 0,36% do total da clientela pesquisada nestas escolas.

A Escola de Educação Especial atende alunos na área de deficiência mental, na Educação Infantil e nos níveis de I a VI, e conta com uma clientela de 305 alunos, respondendo a 1,45%.

O número total de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência mental, em relação à população pesquisada, é de 381 e corresponde a 1,81%.

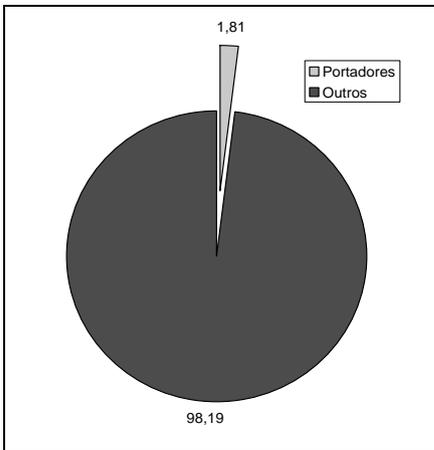


Figura 1 – Porcentagem de Alunos portadores de deficiência mental atendidos, em relação aos alunos pesquisados.

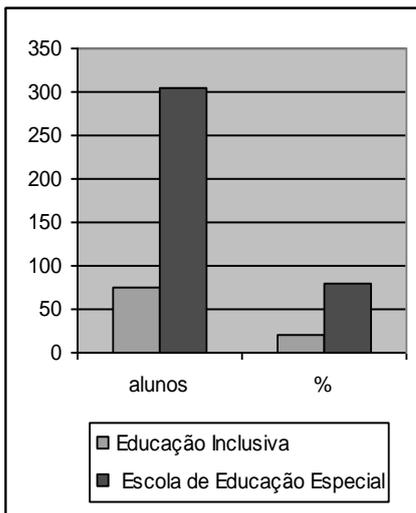


Figura 2 – Portadores de deficiência mental atendidos pela Secretaria da Educação.

4.2 ALUNOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem” [5].

No início do mês de julho de 2002 foi realizado um levantamento de dados através de entrevista presencial junto à Seção Centro de Educação inclusiva da Secretaria da Educação do Município de

Santos ocasião em que a Professora Eva Cristina de C. Souza Mendes, responsável pela seção gentilmente forneceu informações sobre os alunos de educação inclusiva portadores de deficiência mental.

Tabela 2 – Alunos de Educação Inclusiva.

Ano	Escolas municipais			+ outra instituição		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
1965	1		1			
1982	1		1			
1983						
1984	1		1			
1985						
1986	6	1	7	3		3
1987	1		1			
1988	3	1	4	2		2
1989	7	1	8	3		3
1990	7	4	11	4	1	5
1991	5	3	8	1		1
1992	8	5	13	3	3	6
1993	7	2	9	3	1	4
1994	5	2	7	2	2	4
1995	5		5	1		1
TOTAL	57	19	76	22	7	29

Como o atendimento nas escolas municipais é em meio período, alguns alunos de educação inclusiva, (38,15%), freqüentam em outro período instituições de atendimento a portadores de necessidades educacionais especiais, o que motivou o item “+ outra instituição”, na pesquisa e sua colocação na presente tabela.

Ainda com relação à tabela 2, verifica-se que entre os portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência mental, em classes de educação inclusiva, o número de alunos é bem superior ao alunas.

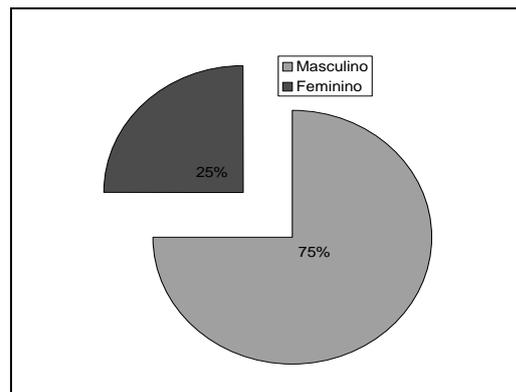


Figura 3 – Porcentagem de alunos de educação inclusiva, por sexo.

4.3 ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Entrevistas presenciais e pesquisas foram realizadas na segunda quinzena de junho a agosto de 2002 com diversos educadores da EMEE “Prof^a Maria Carmelita Proost Villaça”, que forneceram as informações e dados relativos ao histórico, corpo docente e funcionários, corpo discente e parte pedagógica enfocando a Educação Física Adaptada.

4.3.1 HISTÓRICO

Em 1959, um grupo técnico da Secretaria da Saúde, na época ainda um Departamento, iniciou um levantamento junto às Escolas Municipais, visando investigar as causas do número elevado de repetências, ocasião em que foi identificado um contingente significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem motivadas por diferentes causas.

Após este levantamento, a Secretaria da Educação cedeu duas salas de aula para que fosse iniciado um trabalho com este grupo de crianças.

Nascia então, o “Centro de Orientação Infantil”, que contava, além da equipe técnica composta de médicos e psicólogas, com duas professoras que receberam um treinamento diferenciado para poder atuar com esta população.

A experiência foi vitoriosa, com o trabalho seguindo rumo certo, e finalmente a escola foi assumida pela Secretaria da Educação, passando a ter maior ênfase centrada na ação pedagógica, embora continuassem os atendimentos fornecidos pela Secretaria da Saúde.

Em 1973, com o projeto do engenheiro Romeu Martins a escola foi ampliada, transformando-se no prédio que existe até hoje, passando dos até então 800 m², para 2865 m² de área, sendo inaugurada novamente em 10 de julho de 1975.

O Decreto Municipal n. 5239 de 5 de abril de 1978 altera a denominação de Escola Especializada”, para “Escola de Educação Especial”.

a) Datas de Inauguração:

- 20 de agosto de 1960 – Inaugurada pelo prefeito, Dr. Silvio Fernandes Lopes;
- 01 de julho de 1975 – Reinaugurada pelo prefeito, Dr. Antonio Manoel de Carvalho;

b) Denominação e localização atuais:

- Escola Municipal de Educação Especial “Professora Maria Carmelita Proost Villaça”. Avenida Professor Aristóteles Menezes n. 11. Bairro Ponta da Praia, CEP 11035-030.

Atualmente, cumpre as exigências do § 20 do art. 58 da lei 9394, de Diretrizes e bases da Educação Nacional: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Atende crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, portadores de deficiência mental moderados, na Educação Infantil e nos níveis de I a VI em turmas mistas em meio período, utilizando o período matutino e o vespertino.

Como escola municipal, atende preferencialmente os residentes no município de Santos, mas, quando há disponibilidade de vaga, pode atender a municípios vizinhos.

c) Envolvidos com o trabalho:

- Diretora – Prof^a Ana Lúcia Corralo Leal.
- Assistente de Direção – Prof^a Sonia F. Pereira.

Contribuem ainda para o sucesso das atividades educacionais da escola os seguintes profissionais:

- Coordenadora Pedagógica;
- Orientadora Educacional;
- Secretária;
- Psicóloga;
- Dentista;
- Médico Psiquiatra;
- Terapeuta Ocupacional;
- Professores para as classes;
- Professores de Música, Educação Artística e Educação Física;
- Funcionários;

d) Transporte escolar gratuito:

- Cerca de 90 alunos fazem uso do transporte escolar gratuito fornecido pela Secretaria da Educação.

4.3.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

A Educação Física Adaptada respeita diferenças individuais, considera a diversidade dos estados físicos dos alunos, incentiva sua participação efetiva, melhorando suas habilidades motoras, aptidão física, relacionamento social, controle emocional, proporcionando ao portador de necessidades educacionais especiais além do aperfeiçoamento de suas qualidades físicas básicas, uma melhor integração ao ambiente social.

A clientela é de 305 alunos, 195 do sexo masculino e 110 do sexo feminino, agrupados em níveis de desenvolvimento cognitivo, que vão de I a VI, para a formação das classes.

Tabela 3 – Alunos por faixa etária.

Idade	Masculino	Feminino	Total
< 10	40	19	59
10 a 14	95	47	142
15 a 19	50	39	89
>19	10	5	15
Total	195	110	305

Podemos verificar, que a porcentagem de alunos portadores de necessidades especiais, deficiência mental, é bem maior do que a das alunas, o que já foi constatado quando abordamos os alunos de educação inclusiva.

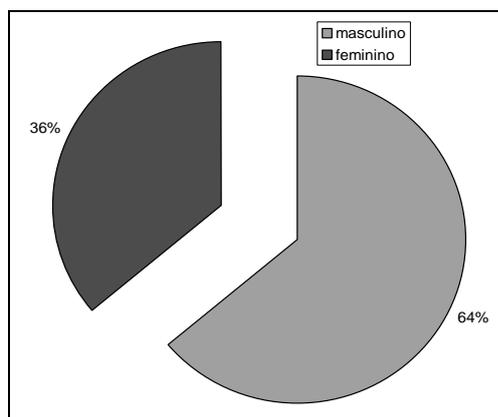


Gráfico 3 – Porcentagem de alunos da Escola de Educação Especial por sexo.

A carga horária de Educação Física é de três aulas semanais, com a duração de 50 minutos, e no máximo 15 alunos por turma.

As turmas são as mesmas dos grupos-classe, não havendo, portanto, um agrupamento por habilidade motora, cabendo ao professor aplicar a Educação Física Adaptada durante as aulas, tentando dosar o trabalho e dar tratamento individualizado, quando julgar necessário.

Os professores Educação Física são três, e estão na unidade há mais de seis anos, possuindo experiência adquirida através do contato com os alunos, pesquisas em livros e documentos relativos à sua área de atuação, cursos de atualização, seminários e participação nas reuniões da equipe multidisciplinar.

A escola possui espaços disponíveis para a prática de Educação Física Adaptada suficientes e adequados às aulas para alunos portadores de necessidades educacionais especiais, constando de mini quadra poli esportiva, uma boa área gramada, piscina, pátio coberto e sala de Educação Física equipada.

Além da ginástica, jogos, e recreação, o esporte adaptado também é trabalhado, e quando os alunos demonstram habilidade suficiente, são encaminhados pelo professor às equipes de esporte adaptado da Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

“O esporte exerce papel fundamental no desenvolvimento somático e funcional da criança, baseado em métodos e normas que respeitem o DM, sua importância é inquestionável, com resultados benéficos em termos físicos, mentais e sociais” [6].

4.3.3 LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS ALUNOS

A colaboração dos pais na educação de uma criança é elemento importantíssimo na obtenção de

resultados positivos, favorecendo a integração social e escolar.

No caso de uma criança portadora de necessidades especiais, o papel da família se torna ainda mais relevante, e o papel dos responsáveis pela criança é valorizado quando recebem os esclarecimentos necessários numa linguagem simples e compreensível, pois alguns são oriundos de ambientes culturais que não possuem tradição escolar. Pais e educadores devem formar uma parceria, trabalhando em conjunto, apoiando-se uns nos outros e trocando informações.

“Os pais são parceiros privilegiados no que diz respeito às necessidades educacionais especiais dos seus filhos e, na medida do possível, deve-lhes ser dada a escolha sobre o tipo de resposta educativa que pretendem para eles” [5].

Devem ser encorajados a participar das atividades educativas em casa e na escola, o que lhes dará maiores condições de acompanhar, orientar e apoiar o progresso escolar de seus filhos.

Uma escola situada em local de fácil acesso, e tendo como clientela alunos residentes nas proximidades, facilita todo o trabalho educativo. A pesquisa realizada na EMEE “Prof^a Maria Carmelita Prost Villaça”, contemplou o levantamento dos locais de residência dos alunos, cujo resultado é apresentado na Tabela 4, onde pudemos verificar, que a maioria dos alunos, é de regiões distantes, tais como a zona Noroeste, morros, Centro, e alguns de São Vicente.

A construção de mais uma escola de educação especial na Zona Noroeste facilitaria a interação de professores, pais e comunidade, além do que tornaria viável, a implantação de período integral em ambas as escolas, com a possibilidade de realizar atividades artísticas, Educação Física, e outras atividades complementares utilizando critérios de agrupamento por habilidades motoras, artísticas, de socialização, que seriam desenvolvidas em períodos diferentes daqueles em que os alunos estão nas classes agrupados por nível de desenvolvimento cognitivo.

Atualmente os pais, devido às necessidades de prover a subsistência de sua família, não conseguem acompanhar de maneira adequada o desenvolvimento escolar e social de seus filhos.

No caso de pais com filhos portadores de necessidades educacionais especiais, este problema se torna mais delicado, pois elas necessitam de atenção e orientação constantes, e na maioria dos casos, o período em que ela não se encontra na escola, ficam em casa assistidos por irmãos, ou mesmo sozinhos.

Foi realizado um levantamento junto à secretaria da Escola Municipal de Educação Especial dos locais onde os alunos residiam, que permitiram sugerir uma distribuição do município de Santos em duas regiões, R1, compreendendo a zona noroeste, morro e centro, e R2, compreendendo Zona Leste, sendo que os alunos provenientes dos municípios vizinhos, foram enquadrados pelo local de residência mais próximo às regiões propostas.

Tabela 4 - Local de residência dos Alunos

LOCALIDADE	TOTAL DE ALUNOS	ENQUADRAMENTO	
		R1	R2
Alemoa	8	8	
Aparecida	13		13
Areia Branca	9	9	
Bom Retiro	10	10	
Boqueirão	14		14
Campo Grande	11		11
Caneleira	7	7	
Centro	1	1	
Chico de Paula	2	2	
Embaré	19		19
Encruzilhada	4		4
Estuário	15		15
Gonzaga	6		6
Humaitá (S.V.)	1	1	
Ilhéu Alto	1	1	
Itararé (S.V.)	1	1	
Jabaquara	3	3	
Jardim Castelo	8	8	
Jardim Independência (S.V.)	1	1	
Jardim Paraíso	1	1	
Jardim Radio Clube	38	38	
Jardim Santa Maria	6	6	
Jardim Santa Rosa	2	2	
Jardim São Manoel	2	2	
José Menino	5		5
Macuco	13		13
Marapé	12		12
Morro da Nova Cintra	11	11	
Morro da Penha	2	2	
Morro do São Bento	7	7	
Paquetá	5		5
Pompéia	1		1
Ponta da Praia	14		14
Saboó	18	18	
São Vicente (município)	1	1	
Sta. Cruz Nav. (Guarujá)	1		1
Sítio São João (Bertioga)	1	1	
Valongo	2	2	
Vila Belmiro	2		2
Vila Lúcia (Guarujá)	1		1
Vila Lindóia	1	1	
Vila Mathias	6		6
Vila Nova	4	4	
Vila Pantanal	1	1	
Vila Progresso	4	4	
Vila São Jorge	7	7	
Vila São José	2	2	
Voturuá (S.V.)	1	1	
TOTAIS	305	163	142

4.4 QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

O questionário foi distribuído a 27 professores que possuíam alunos de educação inclusiva, e 3 professores da Escola de Educação Especial nos meses de agosto e setembro de 2002.

Foi elaborado levando em conta os avanços ocorridos na área da Educação Especial na década de 90, tendo como origem a Conferência Mundial de Educação para Todos promovida pela ONU na Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

A necessidade de formação de professores de Educação Física com preparação adequada para trabalhar com portadores de necessidades educacionais especiais, foi ressaltada pelo Ministério da Educação e Cultura no corpo da portaria 1793 de 16 de dezembro de 1994 no seu art. 2º:

“Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades”. [7].

Na publicação Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica, MEC/SEE, 2002 [8], são considerados capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, os professores que desenvolveram competências para perceber as necessidades educacionais especiais de seus alunos, flexibilizar as ações pedagógicas nas diferentes áreas de conhecimento, e atuar em equipe.

4.4.1 RESPOSTAS OBTIDAS

1 – Em que instituição se formou? Há Quanto tempo?

- a) Federal = 1 (3,33%);
- b) Estadual = 0 (0,00%);
- c) Particular = 29 (96,66%).

A média do tempo de formados é de 17,76 anos, sendo que o mais recente é formado há 3 anos e o mais antigo, há 33 anos.

Verificamos ainda que 9 professores, o que equivale a 30% do total, possuem tempo de formados entre 16 e 20 anos.

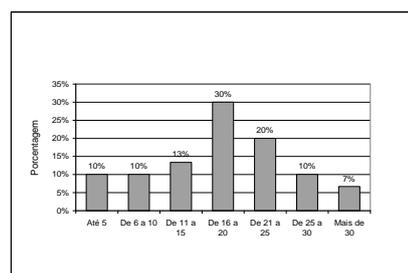


Gráfico 4 – Tempo de formados.

2 – No Seu curso de graduação teve alguma disciplina que abordasse a Educação Física para portadores de necessidades especiais, particularmente os portadores de deficiência mental?

- a) Sim = 6 (20,00%);
- b) Não = 24 (80,00%).

3 – Possui curso de especialização na área de Educação especial? (no mínimo 360 horas)

- a) Sim = 6 (20%);
- b) Não = 24 (80%).

4 – Em caso afirmativo, qual?

Foram citados pelos professores, os seguintes cursos:

- a) Pós-graduação Lato Sensu em Educação Motora;
- b) Pós-Graduação Lato Sensu em Pedagogia do Excepcional;
- c) Pós-Graduação Lato Sensu em D. M., D. A. e D. V.;
- d) Pós-Graduação Lato Sensu em educação – Ênfase em Educação Especial (2 professores);
- e) Curso de aperfeiçoamento em Deficiente Mental.

5 – Caso uma universidade ofereça um curso na área de portadores de deficiência mental, haveria interesse de sua parte?

- a) Sim = 26 (86,64%);
- b) Não = 4 (13,33%).

6 – Participa de seminários, congressos e simpósios na área de educação especial?

- a) Sim = 10 (33,33%);
- b) Não = 20 (66,64%).

7 – As ofertas e convites para tais eventos são freqüentes?

- a) Sim = 1 (3,33%);
- b) Não = 29 (96,64%).

8 – Há quanto tempo trabalha com crianças portadoras de necessidades especiais na área da deficiência mental?

- a) De 1 a 2 anos = 9 (30,00%);
- b) Mais de 2 anos = 21 (70,00%).

9 – O trabalho que você desenvolve se relaciona com outras áreas? Em caso afirmativo, mencionar quais.

- a) Sim = 27 (90,00%);
- b) Não = 3 (10,0%).

Com todas as áreas, foi a resposta mais freqüente. Seguida por ciências, educação musical, matemática, português e geografia.

10 – Qual o enfoque principal de suas aulas?

Na resposta a este quesito, alguns professores mencionaram mais de um enfoque, ficando assim distribuídos:

- a) Lazer = 18 (54,54%);
- b) Jogos = 21 (70%);
- c) Recreação = 26 (86,66%);
- d) Educação Física Adaptada = 8 (26%).

Se não forem computados os três professores da Escola Municipal de Educação especial, teremos um número de 5 que aplicam educação Física Adaptada em alunos de inclusão.

11 – Você participaria de encontros de professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, para troca de experiências, relatos e oficinas?

- a) Sim = 26 (86,67%);
- b) Não = 4 (13,33%).

12 – Você acha que seria benéfico para os portadores de necessidades especiais, deficiência mental, se fossem agrupados por habilidades motoras para aulas de Educação Física?

- a) Sim = 26 (86,67%);
- b) Não = 4 (13,33%).

A grande maioria dos professores se manifestou a favor, mas enfatizaram que seria em outro momento, sem prejuízo das aulas com o grupo classe, que são muito importantes na socialização e na troca de experiências.

4.4.2 CONSIDERAÇÕES

Os professores da rede municipal de ensino do município de Santos, são na sua grande maioria provenientes da rede privada de ensino e formados a mais de 5 anos, com uma média de 17 anos, não tiveram em seus currículos universitários disciplinas que abordassem o problema da Educação Física para portadores de Necessidades Educacionais Especiais, sendo que seis afirmaram possuir cursos de pós-graduação Lato Sensu, e aperfeiçoamento nesta área.

Demonstraram interesse em participar de cursos, mas poucos têm participado dos mesmos, pois as ofertas para tais eventos não são freqüentes.

Dos 30 professores pesquisados, 22 trabalham com portadores de necessidades Educacionais especiais a mais de dois anos e 27 declararam participar das reuniões interdisciplinares, relacionando seu trabalho com outras áreas.

O enfoque das aulas se distribui entre jogos e recreação, seguido pelo lazer e, além dos três professores da Escola de Educação Especial que ministram aulas de Educação Física Adaptada, 5 declararam que também a empregam nas aulas comuns quando as condições da aula permitem.

A questão sobre o agrupamento por habilidades motoras nas aulas de Educação Física Adaptada revelou a preocupação dos professores com seus alunos, pois 26 deles foram a favor deste tipo de

agrupamento para aulas, mas em outro momento, sem prejuízo das aulas comuns com o grupo classe onde a socialização e a troca de experiência são fundamentais.

Ao serem perguntados sobre se estariam dispostos a participar de encontros para trocas de experiências, relatos e oficinas 26 professores responderam afirmativamente, o que demonstra que tais eventos teriam boa receptividade e o trabalho com os portadores de necessidades educacionais especiais ficaria mais fortalecido e eficiente.

“Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” [8].

5 CONCLUSÃO

Neste documento, a Educação Física para portadores necessidades educacionais especiais, deficiência mental, parte do princípio que o movimento é base da estruturação mental da criança, pois segundo Piaget, “todos os mecanismos cognitivos se estruturam através da motricidade”.

Ele foi elaborado com a preocupação de que, além do desenvolvimento das potencialidades e habilidades físicas, a criança necessita desenvolver as condutas funcionais e de adaptação para corrigir as diferentes deficiências que se apresentam.

Para que as melhorias possam ocorrer, os professores, pais e profissionais devem se preocupar em aplicar os conceitos sugeridos, pois, quando o portador de deficiência mental progride nas modalidades locomotoras de andar ou correr, está em condições de explorar seu ambiente e de desenvolver o seu conceito de espaço, aprendendo a conhecer as relações que existem entre os objetos, e entre os objetos e si mesmo. Ao se promover no educando o desenvolvimento das qualidades físicas básicas, aptidão física, e habilidade para os movimentos básicos, estão sendo criadas condições mais favoráveis ao aperfeiçoamento perceptivo motor, equilíbrio, coordenação, percepção sensorio motora, e ritmo. Os jogos e esportes, sendo ótimos recursos para a socialização, autocontrole e respeito ao próximo, não podem ser esquecidos nos programas de Educação Física para portadores de necessidades educacionais, deficiência mental. Os programas assim elaborados, certamente estarão direcionados para a melhora do desempenho e das habilidades funcionais da criança, que passará a agir de maneira mais adequada no seu ambiente.

O levantamento de dados referentes à oferta de aulas de Educação Física Adaptada nas Escolas Municipais de Santos permitiu uma visão geral da quantidade de alunos de educação inclusiva e os da Escola de Educação Especial, locais de moradia, como se processa a sua participação nas aulas, e a formação e a qualificação dos professores de Educação Física envolvidos no processo. A análise dos dados colhida permitiu sugerir que o atendimento na Escola de Educação Especial fosse em período integral e a implantação de uma nova Escola de Educação especial na zona Noroeste, o facilitaria a

interação dos pais com a escola e educadores, pois estariam mais perto de suas unidades educacionais, e estas inseridas dentro da realidade social de seus alunos. Quanto aos professores, a realização de cursos de atualização, oficinas e palestras se fazem necessárias, pois a grande maioria está formada e atuando a muito tempo, e afirmaram estar interessados nestes eventos.

A Educação Física é parte vital no processo de desenvolvimento do portador de deficiência mental, e através de seus meios, atua nos campos físico, psíquico e social do indivíduo, colaborando de maneira marcante no contexto geral da Educação Inclusiva, que pretende promover a nossos jovens o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reunidos como necessários ao exercício da cidadania.

O assunto abordado não se esgota neste trabalho, que poderá ser modificado e enriquecido através de novos estudos e pesquisas. Assuntos como a criação de outra escola de Educação Especial, a interação entre pais, escola e comunidade e atualização dos profissionais envolvidos no processo, poderão ser retomados e aprofundados à medida que aparecem novos caminhos no campo da educação de portadores de necessidades educacionais especiais.

6 REFERÊNCIAS

- [1]. SUBSÍDIOS para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial: Área da deficiência mental, MEC/SEESP, Brasília, 1995.
- [2]. MÉFLE, L. et al. Subsídios para a implementação da Proposta Curricular de Educação Física para Deficientes Mentais Educáveis, São Paulo: SE/CENP, 1984.
- [3]. LEI 9.394 de 20/12/1997. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no D. O. U. seção 1, n. 248, Brasília, 23/12/96, p. 27833-27841.
- [4]. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares – Estratégias Para a Educação de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria da Educação Especial, MEC/SEF/SEESP, 1999.
- [5]. DECLARAÇÃO de Salamanca e Enquadramento da Acção – Na área das Necessidades Educativas Especiais, conferência mundial sobre necessidades educativas especiais, acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 10/06/1994; Paris, UNESCO, 1994.
- [6]. LIMA, L. D. Esporte: Meio integrador do DM com a sociedade. Monografia apresentada ao Departamento de Esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo – São Paulo, EEFPE, USP, 1997.
- [7]. PORTARIA 1793 de 16 de dezembro de 1994. Brasília: Ministerio de Educação e do Desporto, 1994.
- [8]. DIRETRIZES Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

